

## REPERCUSSÕES DA ARBITRAGEM ESTADUNIDENSE NA QUESTÃO DE PALMAS/'MISIONES' E LIMITE BRASIL ARGENTINA, 1895\*

### *Territórios ambíguos, interesses republicanos?*

Parte da imprensa brasileira fez repercutir durante vários dias dos primeiros meses do ano – principalmente fevereiro e março – de 1895, o resultado do laudo arbitral lido em Washington pelo presidente estadunidense, o democrata, Grover Cleveland. As notícias distribuídas naqueles papéis de jornais que eram impressos às vezes, em mais de um momento de um mesmo dia. Um “periódico” – informava em seu cabeçalho ser do Partido Republicano – de Curitiba, com data de 10 de fevereiro de 1895 fez de uma notícia em sua primeira capa, uma constatação de vitória pacífica: “A alegria da paz reina por todos os corações brasileiros.”<sup>1</sup> (A REPUBLICA, 10/II/1895, p.01). Era uma meia verdade.

Mal havia passado os quatro anos da simbólica instauração da República em 15 de novembro de 1889. Aqueles primeiros tempos do “novo regime”<sup>2</sup> ao qual mais tarde e em retrospectiva alguém considerou como sendo momento de *consolidação da República* (HERMES, 1945, p.30), circunstância em “que se estendeu da sua proclamação até a posse de Prudente de Moraes, caracterizado como um período de agitações, revoluções e incertezas [...]” (ANDRADE, 1999, p.109). Substituição da Monarquia ainda não tinha efetivamente se capilarizado, seja pela maneira abrupta e de rarefeita participação popular na implementação da nova ordem política, seja porque não havia dado tempo para ter entrado “no hábito” da desigual cultura política brasileira

---

\* Essa ainda não é a versão final desse texto, autoria de André Souza Martinello ([andresoumar@gmail.com](mailto:andresoumar@gmail.com))

<sup>1</sup> Jornais paranaenses consultados no arquivo da Biblioteca Pública do Estado do Paraná/BPP, Curitiba. Mais informações, verificar nas referências finais as fontes separadas da bibliografia. Como explicado nas convenções no início desse trabalho, foram alterados as expressões da escrita para os padrões atuais.

<sup>2</sup> Excelente e recente pesquisa de alguns temas pouco abordados sobre os primeiros anos da República no Brasil está no livro do estadunidense Steven C. Topik (2009, p.125), para esse autor, a substituição da Monarquia foi feita de maneira autoritária (destaques meus): “‘*Jamais uma revolução de tal magnitude foi realizada com tão pouco entusiasmo*’, ironizou a ‘*Economist*’ londrina quando militares no campo de Santa, no Rio de Janeiro, derrubaram o regime imperial. **A revolução**, cujos defensores mais radicais compararam à Revolução Francesa, **foi na realidade um golpe de Estado.**” (TOPIK, 2009, p.125).

de então.<sup>3</sup> O neófito sistema republicano passou a interferir diretamente nas interpretações de alguns fatos envolvidos diretamente ao território do País. Republicanos tentaram levar ao máximo da esfera de visibilidade algumas atribuições de nacionalidade pelo território. Alguns atores sociais, entre eles destacam-se militares membros do exército, sustentadores e idealistas da recente República buscaram chancelar as representações de conquista e segurança territorial como (e)feito *seu*, resultado de um momento de superação monárquica. O território como um dos apoios para literalmente fazer institucionalizar a República, “Enfim, foi nesse período de transição da monarquia para a república (e do trabalho escravo para o trabalho livre) que a visão da identidade pelo espaço parece adquirir certo relevo na representação simbólica do Brasil.” (MORAES, 1991, p.170).

Não se vivia propriamente em tempos de paz. As formas de tratar a informação vinda dos Estados Unidos pode ser vista como um uso para ajudar a difundir tanto uma coesão interna – num espírito de pertença e orgulho do País recém “trocado” de comando – como também, um calmante aos exaltados ânimos, particularmente pela ainda presente Revolta Federalista<sup>4</sup> (ocorrida de fevereiro 1893 até agosto de 1895). O já citado impresso “A República” (que lembrava ser um *Jornal da manhã*) dizia: “[...] foram anteontem, iluminados todos os edifícios da repartições federais e estaduais”. (A REPUBLICA, 10/II/1895, p.01). O mesmo jornal havia publicado no dia anterior – 09 de fevereiro – as trocas de telegramas entre várias partes do Brasil em tom bastante comemorativo. O comandante do 5º Distrito localizado em Curitiba, por exemplo, General Santos Dias, telegrafou a Florianópolis dizeres destinado ao Coronel Moreira César: “Mandei iluminar edifícios militares e mais festas, músicas, etc.” Encerrava o telegrama, segundo saiu no jornal: “Aperto de mão” (A REPUBLICA, 09/II/1895,

---

<sup>3</sup> A forte expressão a seguir de José Murilo de Carvalho (2013, p.27) embora contundente, reflete sim, o baixo grau de identificação (ou de participação) política entre população, as instâncias/instituições de decisões e poderes estatais (destaques meus): “**Tratava-se de uma República sem povo**”. (CARVALHO, 2013, p.27). Parte desse capítulo dialoga com obras desse autor, particularmente o livro “Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil.” (CARVALHO, 1990).

<sup>4</sup> Criativas e interessantes pesquisas de Luís Cláudio Villafañe G. Santos (2012; 2010), tem tornado suas publicações leitura obrigatória para quem discute a respeito desse período, principalmente do Barão do Rio Branco e a política externa brasileira. Esse autor chama atenção sobre àqueles momentos de conflitos (destaques meus): “O laudo do presidente Cleveland concedendo ao Brasil a posse sobre todo o território em questão foi conhecido em fevereiro de 1895, já no governo de Prudente de Moraes, e transformou imediatamente Rio Branco em uma celebridade no Brasil. **Ainda em estado de guerra civil, pois a Revolução Federalista só seria encerrada em agosto daquele ano**, a vitória na questão dos limites com a Argentina era um fato que unia todos os brasileiros.” (SANTOS, 2012, p.83-84).

p.02). Ao Coronel em Palmas, como publicou o jornal, o General termina o telégrafo com um comemorativo rugido: “Brasil vitorioso questão Missões arbitragem. Norte América decidiu favorável nossa cara Pátria. Urrah!”. (A REPUBLICA, 09/II/1895).

Motivados para comemorar, segundo descrevia tal jornal republicano de Curitiba, um quartel general chamava atenção pelas músicas, por queimar muitos foguetes e “Na madrugada, bandas de clarins percorreram as ruas tocando alvorada.” (A REPUBLICA, 09/II/1895, p.01). Afinal saíra o voto da decisão a quem iria pertencer as terras que estavam na arbitragem do presidente estadunidense: a área de Palmas disputada pela Argentina com o Brasil era confirmadamente, brasileira. Alguns políticos, militares, funcionários de Estado e aqueles que exerciam algum poder de mando, governo ou influência política pareciam mais do que festejar, desejavam “republicanizar”<sup>5</sup> àquela decisão do árbitro, *passada a ser lida* como sendo em “nosso” favor.

Fizeram daquele momento uma comemoração nacional e do resultado buscaram de variadas formas capitalizar em nome do sistema político recente, como dessa opinião dirigida do jornal paranaense (destaques meus): “[...] só com a **República podia** ser resolvida tão longa questão.” (A REPUBLICA, 09/II/1895, p.01). A garantia do domínio de um espaço e o conseqüente reconhecimento do limite da fronteira argentino-brasileira foi utilizado, entre outras maneiras e formas, para afastar a Monarquia ou para substituindo representações ligadas à coroa, acoplar ideários republicanos no imaginário da nacionalidade. A invenção da República buscava constituir-se e construir-se; o imaginário de conquista e invulnerabilidade do território também fora utilizado para tanto. Eventos tratados como causadores de comoção nacional eram bem vindos, porque

---

<sup>5</sup> Percebi diferentes “conceitos” no entender a expressão “republicanizar”. Luís C. Villafañe G. Santos (2012, p.57) a utiliza sobre a estratégia de aproximação brasileira de países americanos, particularmente dos EUA. Não se trata, portanto, de uma “noção neutra” (destaques meus): “[...] a **republicanização** da política externa se traduziu em um anseio de americanização, executava de forma atabalhoada. Havia uma desconfiança contra as potências europeias, cujo ímpeto imperialista alcançava seu zênite. Existia, por outro lado, um sentimento de identificação com os Estados Unidos. A modernização era vista por muitos como a americanização do Brasil e prosperava em sentimentos favorável ao estreitamento dos laços com a potência do norte. Esse desejo encontrava eco nos Estados Unidos, que nas décadas de 1880 e 1890 estavam vivendo um momento de redefinição de sua inserção internacional.” (SANTOS, 2012, p.57)

dependendo da forma como seriam interpretados, poderiam ajudar a instaurar símbolos para a República.<sup>6</sup>

Não se tratava de simples opinião desprovido de intencionalidade, aquelas positivadas publicações em jornais aqui acima citadas. Faziam mostrar palavras transmitidas por telégrafos como se notícias fossem e com significados de realização coletiva. Algumas dessas publicações naquela época tratavam de buscar ampliar visibilidade dos políticos de então, escrevendo como se realizasse mais do que uma chancela definitiva, uma incorporação de área, uma promoção do se sentir nacional porque teria havido se não a expansão, pelo menos a manutenção de espaço. Em parte, a forma de elevar o território como um dos *entes sagrados* da nacionalidade brasileira, resultava também de influência e herança da “fórmula colonial”, no qual atrelava e relacionava ideia de pujança e dádiva com proporção de domínio de espacialidade.<sup>7</sup>

Noticiavam-se comemorações, afinal, a “quantidade” de espaço – retratado como se fosse algo – de *todos brasileiros*, não fora desmembrada nem diminuída. Ao que dizia o jornal paranaense, viera telegrama do governo federal destinado ao comandante militar dali de Curitiba para mandar tocar bandas militares de música e iluminar a frente dos edifícios. Também naqueles telegramas que os jornais diziam reproduzir, percebe-se as maneiras diferentes com que o general do 5º distrito sede na capital paranaense se reportava às diferentes hierarquias – ao menos assim saiu impresso nos jornais –. Somente em telegrama dirigido a um coronel na capital do País terminava com a saudação<sup>8</sup> realizada pelos ideólogos e partidários do regime republicano: “Saúde e Fraternidade”. Aos telegramas para outras partes ajudava a constituí-las como “periferia” ou parecem refletir serem menos importantes, justamente

---

<sup>6</sup> “A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930). Tratava-se, na realidade de uma busca das bases para a redefinição da República [...]” (CARVALHO, 1990, p.32-33).

<sup>7</sup> “[...] a colonização é em si mesma um processo de relação entre a sociedade e o espaço. A colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e submissão das populações autóctones. A colônia representa também a consolidação desse domínio, sendo assim o resultado da conquista territorial.” (MORAES, 2006, p.09). “E a história brasileira é exemplar nesse sentido, na medida em que todos os condicionantes da conquista espacial mantêm-se ativos num país marcado pelo domínio de vastos fundos territoriais.” (MORAES, 2006, p.09).

<sup>8</sup> No Brasil pós-Monarquia (destaques meus) “[...] o tratamento por cidadão foi adotado – cidadão presidente, cidadão ministro, cidadão general –, substituindo o solene, imperial e católico “Deus guarde Vossa Excelência” da correspondência oficial; foi introduzido o **Saúde e Fraternidade**.” “À igualdade jacobina do cidadão foi aqui [na República brasileira] logo adaptada às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão – doutor – general.” (CARVALHO, 1990, p.13 e p.26).

naqueles telegramas aos interiores não se desejou nem saúde, nem fraternidade; nesse mesmo (tendo sido o único) dos telegramas colocados nas páginas do jornal em que foi feita menção a área resultado da arbitragem vir a ser futuramente uma nova unidade federativa do País.

Para àquela “ex-área em litígio” passasse a ser um novo Estado deveria se tornar independente ou emancipada de partes do Paraná e de Santa Catarina. Chamo atenção (na citação a seguir em destaque) para o fato de ser mencionado pelo General em Curitiba a ideia de uma nova futura unidade federativa. Mas só fez essa menção quando se reportou ao Rio de Janeiro e não aos demais telegramas ao interior, particularmente dos mais próximos ao palco que definitivamente “abrasileirava-se”, por decisão final do jure dos EUA: “Viva Brasil Republica! Viva **futuro Estado Missões!** Saúde e Fraternidade” (A REPUBLICA, 09/II/1895, p.02). Misiones era o nome atribuído à área por argentinos; o autor do laudo brasileiro na questão, Barão do Rio Branco, recusava tal uso em preferência pelo topônimo de Palmas, pois argumentava não ter havido a fundação ou presença de nenhum daqueles redutos das missões dos Jesuítas, não justificando, para o brasileiro, a mesma expressão de nomeação realizada pelos argentinos. Nas correspondências entre republicanos e militares republicanos às vezes ocorria a presença da expressão “Missões” e nem sempre, Palmas. Às vezes alternavam entre uso das duas. Mas voltemos, no parágrafo abaixo, a ideia de um novo Estado na área que passara por litígio. Ideia, aliás, manifestada seletivamente e não presente em todos os telegramas.

Se para o telegrama à capital do País foi usada uma palavra com sentidos de que na área da vitória do litígio haveria possibilidade de criar-se um novo Estado, no mesmo jornal aparece o telegrama enviado – assinado pela mesma autoridade – para região de fronteira, Xanxerê, agora com uma *sutil diferença*. Muito próximo da influência da área de decisão desse litígio, o telegrama para um capitão, como saiu no jornal, faz menção ao pertencimento nacional e não à emancipação da área e nem encerrava com a saudação típica dos primeiros anos republicanos.<sup>9</sup> A quem estivesse mais próximo da região de Palmas o quesito apontado como importante a se dizer e lembrar em telégrafo parece ter sido: ali também tratava-se de ser, antes de tudo, Brasil. Recortando esse

---

<sup>9</sup> “[Ao] Capitão Menezes – Xanxerê 7 [fev.] – Decisão arbitragem governo Norte-Americano favorável nossa querida Pátria. Viva a Republica brasileira! Vivam as **Missões brasileiras!** General Santos Dias.” (A REPUBLICA, 09/II/1896, p.02)

aparente detalhe, quero *estranhar* como naqueles anos do início da República, parece não *se dar ao direito* ou ao menos, não estimular autoridade da área, região ou “unidade” do País, nem a desejar que repercuta ideia de um novo Estado, ao menos – é o que parece – pelas comunicações realizados pelos centros de decisões, nesse caso capital do Paraná com a capital do País mencionou-se possibilidade de novo Estado surgir, mas não ocorreu menção quando remeteu-se telégrafo à região que congregaria (ou resultaria) nesse novo futuro Estado. Contudo, se chamei essa atenção não apenas para apontar tratamento de diferenças de hierarquias espaciais, reforçadoras de centros de poder e de fronteiras periféricas, mas para o fato das conseqüências pós instituição do Território Federal do Iguazu (no ano de 1943, como discutirei no 4<sup>a</sup> capítulo), há um certo regionalismo que buscou apontar no resultado dessa arbitragem dos EUA um dos momentos fundadores (ou ídolo da “origem” e congregação) da região.

As difusões desses telegramas e seus dizeres tratados como novidades a serem retransmitidas, publicadas, comemoradas e divulgadas fazem parte de busca de legitimação, do que José Murilo de Carvalho (1990, p.10) denominou como “extravasamento das visões da república para o mundo extra-élite, ou as tentativas de operar tal extravasamento”. No livro *A formação das almas, o imaginário republicano no Brasil*, Carvalho (1990) se ocupou de compreender muitas tentativas e esforços de (auto-)legitimação para justificar e naturalizar a derrubada da Monarquia e instauração republicana. Como ele mesmo entende: “O povo estava fora do roteiro da proclamação, fosse este militar ou civil [...]” (CARVALHO, 1990, p.52). O caso brasileiro é: retirada ou substituição da Monarquia por uma República, sem uso de apoio ou opinião do povo.

Esse autor tratou das disputas simbólicas, ideológicas, portanto, principalmente, políticas, na verdadeira batalha – que, ainda segundo o próprio Carvalho (1990, p.12), chegou a durar quase um século – para assegurar uma mudança do imaginário nacionalista marcado pela família Imperial, mais particularmente na figura de Dom Pedro II, domesticando (novos) símbolos, agora após 15 de novembro de 1889, para esfera de valores republicanos. É pertinente ressaltar como os últimos meses da Monarquia havia sido um dos seus áureos momentos de maior prestígio popular, principalmente pelo fim da escravidão decretada no ano anterior, em 13 de maio de 1888, “[...] caso tivesse sido tentada qualquer revolução do tipo pretendido, o povo que em Paris saiu às ruas para tomar a Bastilha e guilhotinar reis não teria aparecido. As

simpatias das *classes perigosas* do Rio de Janeiro estavam mais voltadas a Monarquia.” (CARVALHO, 1990, p.26). As interpretações desse momento feitas por Steven C. Topik (2009) são muito semelhantes as de – se não, inspiradas em – José Murilo de Carvalho (1990); ambos lembram como a família real e os políticos monarquistas não haviam se planejado quanto à maior sustentação monárquica, “O Império foi derrubado mais por falta de respaldo do que por verdadeira oposição.” (TOPIK, 2009, p.125).

Não é a toa que para a República “pegar” ou como dizemos ainda hoje, *cair no gosto popular*, seus promotores passaram a manejar símbolos e discursos buscando atingir várias esferas, em particular: as camadas sociais mais simples, os populares, “[...] o novo regime receberia pouco apoio doméstico. Afinal de contas, o Império caíra precisamente no momento em que desfrutava de próspera economia e da intensa popularidade interna gerada pela abolição da escravatura.” (TOPIK, 2009, p.124).

Do ponto de vista de representações geográficas, considero a tese de José Murilo de Carvalho (1990) reafirmada como válida e pertinente. A partir de documentos da época, pode-se notar a mobilização de aspectos, “conceitos” e ideologias geográficas (MORAES, 2005) que mediadas por diferentes formas de discursos, passaram a ser utilizadas para buscar real capilarização da nascente República.<sup>10</sup> Foi o que tentei tratar até aqui nessas páginas desse capítulo, as intencionalidades através de promoção de palavras e descrições de atos, acabando por atribuir sentidos ao resultado da arbitragem sobre limites entre Países e mais ainda, sobre àquele espaço com o fim de uma disputa litigiosa. “A mudança da forma de governo recoloca o tema da unidade nacional e do ordenamento (ou reordenamento) do Estado.” (MORAES, 1991, p.170).

Que a própria forma política República e sua instalação no Brasil pode ser vista como uma ideologia, não é lá um dissenso ou novidade. Chamo atenção para a possibilidade de tratá-la como parte das ideologias geográficas para e pela República, o resultado da formalização do limite de fronteira com a Argentina, afinal, pode-se notar “[...] as representações do espaço como um dos materiais constitutivos da esfera do discurso político, um dos assuntos das constelações ideológicas.” (MORAES, 2005,

---

<sup>10</sup> No conjunto da obra de Antonio Carlos Robert Moraes, esse autor capturou na noção de Fundo Territorial (expressão cujo crédito atribui a Lênin), um espécie de “poupança” de terras, de recursos e de bens espaciais, considerados de enorme capacidade de serem convertidos em capital, lucro e explorados, mesmo que possam estar durante certo tempo em não uso ou, aparentemente, abandonadas. Tal noção de “poupança de espaço” (res)guardada para um futuro uso, segundo entende o autor, está embutida nas lógicas de colonização metrópole *versus* colônia, mas também influenciou diretamente em várias concepções, práticas e lógicas a respeito do Brasil e da gestão e concepção territorial do País.

p.93). No livro *Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*, Antonio Carlos Robert Moraes (2005), buscou estimular a realização de pesquisas levando em conta papéis de imperativos territoriais no Brasil, relacionando, quando possível, com o tratamento das formas espaciais como produtos históricos. Com base nas discussões desse autor, tratei aqui de rastrear parte das políticas (ou fragmento de discurso delas) daquelas ideologias e seus contextos ou intencionalidades de formulação.

Como a produção social do espaço possui histórico e suas formas de construção variam ao longo do tempo, as concepções a respeito dos mesmos espaços também não são únicas, nem estanques e automáticas, estando envolvidas em relações de força e interesses. As formas de tratar ou conceber os espaços não são prontas ou auto-explicativas: “Dizer que a produção do espaço social é um processo teleológico significa que ele envolve uma finalidade.” (MORAES, 2005, p.15). Aqui não defende-se uma noção arraigada nem encrustada do que sejam os espaços. Ao contrário, propondo perceber como nos anos iniciais do novo regime, as divergências entre republicanos justamente alterou completamente o sentido atribuído ao mesmo litígio. Os interesses do destino proposto à área em disputa com Argentina será uma forma de responder a questão (*Territórios ambíguos, interesses republicanos?*) com a qual iniciei esse capítulo, considerando influencias mobilizadas dentro dos jogos de interesses e forças, resultantes das relações de poder que em última análise se espacializam (RAFFESTIN, 1993).

A ambigüidade esteve no enlace entre – na falta de melhor expressão – o “apetite” territorial da oligarquia brasileira, considerada como relevante instauradora da República, mas mais ainda no fato de terem sido os republicanos a negociarem tal área em favor à ao lado argentino, assim que se iniciou o governo Deodoro da Fonseca. Paradoxalmente, são republicanos quem havia feito um acordo de doação de parte dessa área para o país vizinho; assim como são republicanos quem passou a utilizar-se desse resultado de litígio como um ganho de causa republicana, como tratei aqui.

Tais ufanismos daquele momento refletem também, em certa medida, resposta às denúncias de que republicanos eram um risco à nacionalidade, pois acusados de anti-patriotas por terem propostos inicialmente dividir ao meio, a área em que a Argentina contestava como sua. O ministro Quintino Bocaiúva, republicano histórico, assumiu logo no início da República a pasta do Ministério das Relações Exteriores e buscou

implementar uma política que se representava como pró ativamente voltada para os vizinhos países latino americanos. Segundo opinião de muitos daqueles republicanos de primeira hora, o exclusivismo americanos da política brasileira como Monarquia, acabava por ser como uma maneira de distanciar-se e não identificação com demais Países de toda América.

A ambigüidade estava no primeiro momento os criadores da República perceberem a partilha do território como maneira de se verem e integrarem como americanos, por outro lado, 2 ou 3 anos depois do fracasso de Bocaiúva, o discurso comum mais pregado vira justamente o inverso: passa-se a apontar como a República foi quem possibilitou tal área não ser desagregada. Antes de encerrar esse capítulo, detalharei outros sentidos e discussões atribuídos a esse espaço ao dentro do processo elaborado por Barão do Rio Branco.

Republicanos atribuíram camada de sentido após o litígio de Palmas. Também fizeram leituras ou tentativas de divulgação de como o Império “lia”/leria acontecimentos ligados à disputa com a Argentina, ou seja, tentaram difundir suas interpretações sobre a forma de resolver a questão e acompanhando disso, apontando uma noção de “nacionalismo débil” ou fraco do Império, que o faria perder a área ou

- a) por ser um regime menos Americano (menos “americanista”) e portanto, menos disposto ao diálogo e reconhecimento dos diferentes vizinhos e;
- b) como se o Império desprezasse e assim “doasse” (ou perdesse, sem muito interesse) tal área.